

UM ESTUDO DA AMBIGUIDADE EM TEXTOS PUBLICITÁRIOS PELA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

Roberta COSTELLA

Universidade de Passo Fundo

Resumo: Este artigo propõe-se analisar a presença da ambiguidade em anúncios publicitários, tomando por base alguns conceitos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Pretendemos mostrar que o sentido de uma palavra ou expressão varia dependendo da situação em que é empregada e que esse sentido é determinado não só pelo uso, mas também pelas circunstâncias em que determinada palavra ou expressão é utilizada.

1 INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a língua, sendo heterogênea, é aberta para a polissemia, o que implica dizer, que um mesmo termo pode veicular diferentes sentidos dependendo da situação a qual está inserido. Com isso, não afirmamos que o sentido pode ser qualquer um, mas sim, que da mesma forma que um dicionário elenca possibilidades de significados, a realização de um ou outro sentido só se concretiza em situação de linguagem em uso, ou seja, em situação de enunciação. Em decorrência desse caráter polissêmico da língua, instaura-se a possibilidade da ambiguidade.

Entendendo a ambiguidade como a duplicidade de sentidos que pode haver em frases que contenham uma estrutura sintática com vários significados ou interpretações, e que a propaganda vem utilizando-a com frequência como fator persuasivo, tanto para atrair a atenção do interlocutor quanto para conquistar sua simpatia e interesse, investigamos como se dá a construção de um sentido em um texto ambíguo, uma vez que o mesmo pode suscitar mais

de uma significação.

Assim, partindo do pressuposto de que a significação de uma palavra é dada pela situação e pelas circunstâncias em que a mesma é empregada, pretendemos estudar a ambiguidade em textos publicitários, observando os efeitos de sentido provocados. A ambiguidade será analisada a partir da relação de forma e sentido, abordada nos livros *Problemas de Lingüística Geral I* (1966; 2005) e *Problemas de Lingüística Geral II* (1974; 2006), de Émile Benveniste.

2 NÍVEIS DE ANÁLISE

Em *Os níveis de análise linguística (1964)*, Benveniste apresenta um método de análise para a definição do fato linguístico e reconhece que a linguagem precisa ser pautada em procedimentos e critérios adequados, ou seja, descrita como uma estrutura formal, para que fenômenos estudados possam ser organizados e classificados de acordo com um princípio racional para que, dessa forma, descrições coerentes da língua possam ser edificadas. Defende que,

A grande mudança sobrevinda em linguística está precisamente nisto: reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separada do método próprio para defini-lo. (BENVENISTE, 2005, p.127).

A constatação dessa necessidade de descrever a língua como estrutura formal, conduz Benveniste ao que ele acredita essencial para poder determinar o procedimento de análise: a noção de nível, pois é a mesma que permite compreender “na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo.” (BENVENISTE, 2005, p. 127). Apresenta a linguagem “como um sistema orgânico de signos” (BENVENISTE, 2005, p.127) em que há uma delimitação dos elementos, que se dá, tanto no eixo sintagmático quanto no eixo paradigmático, através das relações que os unem. Portanto, a língua deve ser compreendida em diferentes níveis hierarquicamente construídos: os

fonemas, seus traços distintivos, o signo (a palavra)¹ e a frase.

Nos procedimentos de análise há duas importantes e fundamentais operações para que as demais possam se realizar. São as operações chamadas de segmentação e substituição. Argumenta que todo texto, independente de sua extensão, deve ser segmentado em porções cada vez mais reduzidas, até se chegar aos elementos não decomponíveis e, através de substituições que os mesmos admitem, identificá-los. Esse seria o método de distribuição, que nas palavras de Benveniste

consiste em definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com os outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática). (BENVENISTE, 2005, p. 128).

Benveniste chama atenção para o fato de que não possuem o mesmo alcance as operações de segmentação e substituição, pois para o referido autor “os elementos identificam-se em função de outros segmentos com os quais estão em relação de capacidade de substituição.” (2005, p. 128). Mas sobre elementos que não são segmentáveis, a substituição pode operar, como, por exemplo, no caso do fonema e fazer o isolamento de traços distintivos do mesmo em seu interior. “Esses traços distintivos do fonema, porém, já não são segmentáveis, embora identificáveis e substituíveis.” (2005, p. 128).

Assim, Benveniste (2005, p. 129) destaca duas classes de elementos mínimos. Primeiramente, os fonemas que diz serem segmentáveis e substituíveis e, após, os traços distintivos dos fonemas, que apresenta apenas como substituíveis. Admite, dessa forma, o reconhecimento de dois níveis de análise tidos como inferiores: o nível em que se realizam operações de segmentação e substituição (nível fonemático) e o nível que comporta os traços distintivos que não são segmentáveis, apenas substituíveis (nível hipofonemático ou merismático).

Através da segmentação e da substituição de unidades mais extensas,

¹ No texto *Os níveis de análise lingüística*, Benveniste não faz distinção entre palavra e signo. Utiliza somente o termo palavra e justifica: “Para a comodidade de nossa análise, podemos negligenciar essa diferença e classificar os signos como uma só espécie, que coincidirá praticamente com a palavra.” (BENVENISTE, 2005, p. 131).

uma vez que já estabelecemos os níveis inferiores de análise, visamos operar com unidades de níveis superiores, concluindo que o sentido é o princípio a partir do qual a análise se configura. Para Benveniste “O sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico [...] É necessário somente ver como o sentido intervém nas nossas operações e de que nível de análise ele depende.” (2005, p. 130). Esclarece que o nível é um operador e que as unidades linguísticas só são auferidas como tais se puderem ser identificadas em uma unidade mais alta.

Logo após o nível dos fonemas, passamos ao nível dos signos (palavra).
No entendimento de Benveniste

A palavra tem uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza. Por um lado, decompõem-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro entra, a título de unidade significante e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior. (BENVENISTE, 2005, p. 131).

Devemos atentar para o fato de que mesmo quando uma palavra é monofonemática, na qual um significante se realiza num único fonema, a mesma pode decompor-se em unidades fonemáticas. Benveniste relata que analisando a situação inversa, aquela que se dá entre a palavra e a unidade de nível superior, compreendemos que essas relações são mais difíceis de definir, porque “essa unidade não é uma palavra mais longa ou mais complexa: depende de outra ordem de noções, é uma frase. A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos.” (BENVENISTE, 2005, p. 132). Assim, para Benveniste (2005, p. 132) é necessário, para a precisão da natureza das relações entre palavra e a frase, que se estabeleça uma distinção entre palavras autônomas, que são a grande maioria e funcionam como constituintes de frases e palavras sin-nomas, que só podem entrar em frases acrescentadas a outras palavras.

Para compreendermos como acontece quando passamos da palavra à frase², devemos analisar como se articulam as unidades de acordo com seus

² Para Flores a frase “é a materialidade do discurso, sua variedade não tem limites, sua criação é indefinida, seu número é infinito.” (2009, p. 127). Há sempre um apagamento da frase após seu pronunciamento, sendo sempre um acontecimento novo.

níveis. Benveniste concebe que as entidades linguísticas admitem relações com elementos de níveis diferentes (relações integrativas) e com elementos de mesmo nível (relações distribucionais). Para Barbisan “Esses dois tipos de relação são justificados pelo fato de que um signo é função dos elementos que o constituem e o único meio de definir esses elementos como constitutivos é pela função integrativa.” (2004, p. 70). Dessa forma, essas duas relações são consideradas dependentes uma da outra, pois uma unidade só pode ser distintiva em relação a outra e se puder ser identificada em uma unidade superior.

Então, Benveniste explicita que “Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como “parte integrante” da unidade de nível superior, da qual se torna *integrante*.” (2005, p. 133). O fonema, por exemplo, pode ser considerado uma unidade porque pode integrar uma unidade superior, o morfema. Portanto, Benveniste contempla a relação integrativa partindo da afirmação de signo, pois “um signo é materialmente função dos seus elementos constitutivos” (2005, p. 133), mas necessita preencher uma função integrativa para se definir como tal.

Há no sistema dos signos da língua, dois limites que norteiam a distinção entre constituinte e integrante. O limite considerado de nível inferior é o dos merismas e o de nível superior é o da frase. O nível merismático, o dos traços distintivos dos fonemas, não comporta nenhum constituinte de natureza linguística e só se define como integrante. A frase só pode ser segmentada em palavras e essas em fonemas, não pode ser usada para integrar outro nível, só se definindo, assim, por seus constituintes. Como nível intermediário, temos os signos, que podem ser palavras ou morfemas e ao mesmo tempo conter constituintes e funcionar como integrantes.

Essa distinção feita entre constituinte e integrante nos faz compreender duas noções fundamentais: as noções de forma e sentido, que muitos linguistas tentaram reduzir a noção única de forma. Tentativa inútil porque o sentido, que o método distribucional procurou evitar e que Benveniste introduziu na análise formal, sempre se apresenta no centro da língua. “Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a

extensão da língua.” (BENVENISTE, 2005, p. 134). É impossível dissociar o código e o uso desse mesmo código pelos falantes. A existência de um é condição para que o outro também possa existir.

No que diz respeito à forma, Benveniste esclarece que quando uma unidade é reduzida aos seus constituintes, ela é reduzida aos seus elementos formais. Portanto, quando há uma dissociação da unidade linguística em constituintes de nível inferior, temos a forma. E, conseqüentemente, quando há uma integração da unidade linguística em um nível superior, temos o sentido, uma vez que “o *sentido* de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior”. (BENVENISTE, 2005, p.136). As relações de forma e sentido estão inseridas na própria estrutura e funções dos níveis, denominadas *constituente* e *integrante*.

No artigo *Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna*, de Mello e Flores (2009, p. 204) e também, novamente, no *Dicionário de Linguística da Enunciação*, organizado por Valdir do Nascimento Flores (2009, p. 207) há um esquema, em forma de tabela, das relações entre as unidades explicitadas acima:

RELAÇÕES	
DISTRIBUCIONAIS	INTEGRATIVAS
Permitem reconhecer unidades <i>constituintes</i>	Permitem reconhecer unidades <i>integrantes</i>
FORMA: capacidade de dissociação	SENTIDO: capacidade de integração

Quadro 1 – Relações entre unidades

O último nível que a análise atinge, para Benveniste (2005, p. 137), é o nível da frase porque com a frase transpomos um limite e passamos a atuar num domínio novo, o domínio do discurso, da linguagem em uso. Esse tipo de enunciado é determinado por um novo critério. A frase é a entidade linguística mais alta, que pode ser segmentada, mas não pode ser usada para integrar. Benveniste (2005, p. 137) afirma que a frase é um predicado, pois basta um único signo para constituí-la e tem como propriedade fundamental a de

predicar, pois existe frase sem sujeito, mas nunca sem predicado. Para Ono, Benveniste

[...] imagina ser possível estabelecer uma distinção do sentido lexical que separa duas lingüísticas diferentes: ao nível do signo, trata-se de *reconhecer* uma unidade significante; ao nível da *frase*, trata-se de *compreender* uma palavra (uma vez que o signo se encontra na frase) como portadora da significação e da referência. É ao nível da frase que se entra em um mundo diferente da linguagem, designado por Benveniste como o “universo do discurso.” (ONO, 2007).³

Se a frase tem por propriedade fundamental o predicado, podemos concluir que não existe frase fora da predicação. Consequentemente, os tipos de frases reduzem-se todos a um único: a proposição predicativa. E a única forma de enunciado lingüístico que esse nível comporta é a proposição, situada no nível categoremático, pois, numa relação de sequência, uma proposição somente precede ou segue outra proposição. “Não há nível lingüístico além do nível categoremático.” (BENVENISTE, 2005, p. 138).

A frase distingue-se das outras entidades lingüísticas principalmente porque ela possui signos, porém ela mesma é um signo. Nas palavras de Benveniste:

Os fonemas, os morfemas, as palavras (lexemas) podem contar-se; existem em número finito. As frases, não.
Os fonemas, os morfemas, as palavras (lexemas) têm uma distribuição no seu nível respectivo, um emprego no nível superior. As frases não têm nem distribuição nem emprego.
Um inventário dos empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário dos empregos de uma frase não poderia nem mesmo começar.
A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida de linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação cuja expressão é o discurso. (BENVENISTE, 2005, p. 139).

A frase é o segmento do discurso que se constitui como uma unidade completa, dotada de sentido e de referência: é carregada de significação e se refere a uma determinada situação. A condição que possibilita que a frase possa ser analisada pelo locutor, é essa dupla propriedade que a mesma possui, uma vez que, a frase não tem um número finito, nem distribuição, nem emprego, e a única forma de definir uma frase, de dizer a sua diferença é

³ A tradução é responsabilidade nossa.

através da referência a uma determinada situação. Temos um pequeno número de elementos empregados para uma diversidade de conteúdos que uma frase pode transmitir.

Inconscientemente, o locutor apreenderá uma noção empírica do signo, capaz de ser definido no domínio da frase: “o signo é a unidade mínima da frase susceptível de ser reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico.” (BENVENISTE, 2005, p. 140). É nesse nível que se dá a construção da referência, da ideia. É quando os sentidos passam a ser expressos.

Dessa forma, ao chegarmos ao nível da frase, passamos da língua a linguagem, pois “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.” (BENVENISTE, 2005, p. 140). Organiza-se, assim, uma linguagem que não é da língua, mas do discurso.

3 A FORMA E O SENTIDO NA LINGUAGEM: NOÇÕES GÊMEAS

Em seu artigo intitulado *A forma e o sentido na linguagem* (1966), Benveniste expõe dois modos distintos de leitura da significância: o semiótico e o semântico. Ocupando-se da linguagem comum e excluindo a linguagem poética, o referido autor traz à tona a questão da significação no campo da linguística e volta a falar sobre a exclusão, o desprezo que certos autores davam a questão do sentido em sua época.

Argumenta que é um equívoco opor forma e sentido na língua, tentando reinterpretar essa oposição. Saliencia que antes de tudo a linguagem significa e que antes de servir para comunicar, ela serve para viver: “Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.” (2006, p. 222). Para o homem a linguagem se apresenta como a única maneira de atingir o outro, de transmitir e receber mensagens. E uma vez que a linguagem pressupõe o outro, cada uma dessas entidades está implicada uma na outra.

Émile Benveniste, posicionando-se diferentemente dos lógicos Carnap e

Quite, explica que dizer que a linguagem significa não quer dizer que a significação pode ser qualquer coisa que lhe seja acrescentada “ou numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza.” (2006, p. 223). Essa significação está necessariamente ligada ao exercício do discurso, à dimensão semântica da língua.

Baseado em Saussure, Benveniste discute a noção de signo, dotado de um significante e de um significado, sendo uma “unidade bilateral por natureza.” (2006, p. 225). Mas argumenta ser necessário ir além da visão saussureana do signo como princípio único. Diferente do texto de 1939 (*Os níveis de análise lingüística*), nesse texto de 1966, Benveniste discute sobre signo linguístico tendo por base a distinção entre semiótico e semântico e entre forma e sentido.

Trois acredita que “[...] o signo de Saussure será o coelho que Benveniste coloca em sua cartola para fazer aparecer – aqui e de outra maneira – o que já se encontrava lá – no *Curso de Saussure*.” (2004, p. 35). Na tentativa de ultrapassar essa distinção saussureana entre língua e fala, Benveniste argumenta que há “duas espécies e dois domínios do sentido e da forma [...]” (2006, p. 229) e divide a língua em “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma.” (2006, p. 229). Temos, assim, a ordem semiótica e a ordem semântica.

Benveniste defende que analisar a língua apenas como um sistema significante deve ser um conceito, uma metodologia a ser ultrapassada. Ao mesmo tempo em que Benveniste mantém certa fidelidade aos pressupostos saussurianos, apresenta o semântico, uma visão da língua em uso, em funcionamento. Defende que não basta que a relação entre forma e sentido se dê no signo, tem de ser no uso também, pois é a relação forma e sentido que dá os caracteres linguísticos da enunciação.

[...] de um lado Benveniste mantém-se fiel ao pensamento de Saussure – na justa medida em que conserva concepções caras ao saussurianismo, tais como estrutura, relação, signo, por outro lado apresenta meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do *homem na língua*. Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estrutura articulados. (FLORES & TEIXEIRA, 2008, p. 30).

O significante é o aspecto formal do signo, a forma sonora, condicionante e determinante do significado. Essa unidade semiótica chamada signo é dotada de significação quando é utilizada em uma determinada comunidade que usa uma língua. Os signos possuem valores opostos, genéricos, dispostos por uma organização paradigmática. A língua, no entendimento de Benveniste, torna-se um sistema semiótico e deixa de ser um conjunto de convenções compartilhadas de Saussure. A língua é o principal entre todos os sistemas existentes, mas não é o único princípio de amarração da língua.

Assim, significar é ter um sentido e o signo significa, mesmo antes de se constituir como palavra, pois se define numa rede de relações com outros signos. No sistema semiótico, enquanto a forma está ligada ao significante, o sentido compreende “às relações de oposições com outros signos da língua.” (FLORES, 2009, p. 212). Esse sistema “tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 227), pois as formas precisam ser reconhecidas e aceitas pelos usuários da língua. O semiótico é da ordem do estável, do fixo, do “intra lingüístico” (todo signo é distintivo, significativo em relação aos demais).

A ordem semiótica designa o modo de significação próprio do signo linguístico e o institui como unidade. No âmbito do semiótico, a significação corresponde à distinção, “daí porque os signos distribuem-se paradigmaticamente.” (LICHTENBERG, 200, p. 31). O signo passa a ter sentido quando é chamado a integrar a frase (enunciado) porque assume a condição de palavra. Somente na frase, o signo expressa um sentido e abandona seu caráter generalizante.

Se o semiótico é entendido como a esfera das relações paradigmáticas, o semântico é entendido como a esfera das relações sintagmáticas, o âmbito onde se dão as combinações. É o nível do uso, que resulta da atividade dos locutores ao colocarem a língua em funcionamento. Esse nível tem como unidade a palavra, a unidade mínima da mensagem, composta de forma, que é apresentada aos falantes, e de sentido, ligado ao emprego que os falantes

fazem a cada discurso. Na ordem semântica, através da organização sintagmática, temos a forma e, com a ideia resultante dessa sintagmatização, temos o sentido.

No entanto, não é apenas a palavra que significa, mas também a frase, considerada a expressão semântica por excelência. Enquanto o sentido da palavra é o seu emprego, o sentido da frase é a ideia que a mesma exprime, que se realiza “formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras.” (BENVENISTE, 2006, p. 230).

Para que as unidades se tornem palavras, é necessário que um sujeito se aproprie de um signo, atribuindo-lhe um sentido mais restrito, devido à referência, cada vez única e irrepetível. O sentido de uma frase sempre faz referência a uma determinada situação de discurso e a uma determinada atitude do locutor que não podem ser previstas ou fixadas, sempre se tem um acontecimento diferente. A frase “é a própria vida da linguagem em ação. [...] se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.” (BENVENISTE, 2005, p. 139).

A ordem semiótica está organizada por relações paradigmáticas, internas à língua, em que cada signo significa somente em relação de diferença com os demais, na comunidade daqueles que utilizam determinada língua. Já, a ordem semântica, que está organizado por operações sintagmáticas (no nível da frase), depende da apropriação da língua pelo falante, de um colocar a língua em ação por um locutor. Dessa forma, outro termo que, conforme Benveniste é necessário inserir aqui é o referente.

O referente “é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso.” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Cada vez que o locutor emprega uma palavra, a partir de uma ideia, em uma determinada situação de discurso, esse emprego tem um sentido particular: “[...] o sentido da frase é a idéia que ela exprime, a “referência” [...] é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso a que ela se reporta que nós não podemos jamais prever ou fixar.” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Portanto,

para que as unidades se tornem palavras, é necessário que um sujeito se aproprie de um signo, atribuindo-lhe um sentido mais restrito, devido à referência, cada vez única e irrepetível. O sentido de uma frase sempre faz referência a uma determinada situação de discurso e a uma determinada atitude do locutor que não podem ser previstas ou fixadas, pois sempre se tem um acontecimento diferente.

Sobre uma base semiótica, a língua, quando é usada, constrói uma semântica própria, o que impossibilita compreender a significação sem ser intencionada, “produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo.” (BENVENISTE, 2006, p. 234).

Pensando sobre o lugar que o sentido ocupa nos estudos da linguagem, Benveniste continua a afirmar a separação entre o sistema semiótico e o semântico, mas tendo por base o poder significante da língua. Acredita ser necessária uma descrição distinta “[...] para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra.” (BENVENISTE, 2006, p. 234). Segundo Benveniste, a semiótica e a semântica são duas maneiras de ser língua no sentido e na forma: a semiótica significa e a semântica comunica. O autor concebe duas linguísticas distintas, mas que são indissociáveis, interdependentes. Forma e sentido devem ser olhados no funcionamento da língua, ou seja, em situação de enunciação.

4 A ENUNCIÇÃO E A AMBIGUIDADE: UMA TENTATIVA DE ANÁLISE

Em um texto publicitário, a busca pelos efeitos de sentidos desejados, envolve a escolha das palavras, locuções e formas verbais, determinadas em função de sua força persuasiva. A publicidade joga com as palavras, que adquirem um maior número de sentidos graças aos deslocamentos de empregos que elas englobam, combinadas com outras palavras em um determinado contexto de uso. De fato, as ramificações do significado de uma palavra podem ocorrer dependendo do uso e da situação.

Podemos afirmar, então, que a construção de jogos de palavras, tanto

na captação da atenção do interlocutor, quanto na condensação de significados é uma das estratégias linguísticas mais utilizadas. Um exemplo desse jogo de palavras é a ambiguidade, utilizada com frequência como fator persuasivo, tanto para atrair a atenção do interlocutor quanto para conquistar sua simpatia e interesse. A ambiguidade se insere, assim, como mais uma forma de sedução, de encantamento do interlocutor. A ambiguidade, recurso muito explorado no discurso publicitário, pode ser definida como “a qualidade que um enunciado possui de ser suscetível a duas ou mais interpretações semânticas.” (CARVALHO, 2009, p. 58).

Nos enunciados em geral, nem sempre as palavras são empregadas somente no seu sentido literal, costumeiro, dicionarizado. Muitas vezes elas assumem um sentido inesperado, diferenciado. Um mesmo significante pode conter mais de um significado. Em outras palavras, um mesmo elemento do sistema da língua pode veicular diferentes sentidos. Pode haver mais de um sentido para uma única forma.

A propaganda escolhida para a análise é da empresa de roupas Marisol e foi veiculada pela Revista Caras, Edição nº 1773, p. 23, no dia 10 de setembro de 2009. A propaganda apresenta uma menina deitada, rodeada de abelhas amarelas e pretas, feitas de lã. No lado esquerdo do anúncio, na parte inferior, o enunciado verbal é “Olha a florzinha da mamãe”.

Na construção do sentido desse enunciado, destacamos a importância dada à palavra polissêmica “florzinha”, que provoca ambiguidade na propaganda: um significante com dois significados. Usando o que Benveniste define como forma e sentido na linguagem (2006, p. 220-242) há uma forma, que é dada pela palavra “florzinha” e dois sentidos: o sentido logicamente estabelecido, de flor pequena e o sentido dado pelo uso da língua, pelo contexto, de valor afetivo, ou seja, uma menina pequena e delicada, que tem perfume de flor e é meiga, doce (rodeada de abelhas).

Para Benveniste “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (2006, p. 229), mas que se completam e se articulam focalizando, no uso da linguagem, a construção do sentido. Sendo assim, analisaremos o referido enunciado na perspectiva da forma e do sentido.

Observemos o enunciado verbal em questão **Olha a florzinha da mamãe**. Agora, observemos somente a expressão linguística que gera uma possibilidade de duplo sentido no enunciado: **florzinha**. Encontramos para o significante **flor** o seguinte significado estabelecido: “Órgão reprodutor dos vegetais fanerogâmicos.” (AURÉLIO, 2010).

A ordem semiótica designa o modo de significação próprio do signo linguístico e o institui como unidade. Nessa ordem, o signo **florzinha** significa, pois é usado por uma determinada comunidade linguística. Benveniste defende que “É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe.” (BENVENISTE, 2006, p. 227). Assim, um estágio intermediário não existe, “[...] ou está na língua, ou está fora da língua.” (BENVENISTE, 2006, p. 227). Significar, na ordem semiótica, é ter um sentido e o signo significa, porque se define numa rede de relações e oposições com os demais signos. Essa ordem “tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 227). Na ordem em questão distinção e significação são sinônimos.

Benveniste acredita ser impossível definir o que o signo significa, pois para que um signo exista é necessário que seja aceito e se relacione de alguma maneira com os demais signos, o que, segundo o autor em questão faz com que o signo tenha sempre e somente valor genérico e conceptual e não admita significado particular ou ocasional, havendo eliminação de tudo o que é individual, e “as situações de circunstâncias são como não acontecidas.” (BENVENISTE, 2006, p. 228). Essa reflexão do linguista nos mostra que se no domínio do semiótico, a significação corresponde somente à distinção, e é por isso que, segundo Lichtenberg (2006, p. 31), os signos distribuem-se paradigmaticamente, o signo **florzinha** só passará a ter sentido quando for chamado a integrar a frase, visto que assume a condição de palavra. Somente na frase (entendida como sinônimo de enunciado), o signo **florzinha** expressará um sentido e abandonará seu caráter generalizante.

Benveniste considera a frase (2006, p. 229) “a expressão semântica por excelência” e defende que quando mudamos de nível e mudamos do ser

semiótico da língua para o ser semântico da língua há uma mudança radical de perspectiva, em que as noções de um nível inferior não são desprezadas, mas elas retornam, em níveis superiores de análise, porém outras e fazem parte de novas relações. O semiótico apresenta por característica ser própria da língua, enquanto o semântico decorre da atividade de um locutor que utiliza a língua, que a coloca em funcionamento. Portanto, a frase “não é *senão* particular [...] o sentido da frase implica referência à situação de discurso e a atitude do locutor.” (BENVENISTE, 2006, p. 230). Assim, há duas maneiras de ser língua no sentido e na forma: a forma semiótica que significa, e a forma semântica que comunica.

Diante da inserção do referente na análise do sentido, retomemos o enunciado em destaque **Olha a florzinha da mamãe**, o qual poderia gerar um enunciado ambíguo, pois a palavra **florzinha**, num primeiro momento, pode se referir à figura da menina rodeada de abelhas e não ter, portanto, o mesmo sentido que a palavra **florzinha** em estado de dicionário. Mas, entendendo o referente como “o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso.” (BENVENISTE, 2006, p. 231), notamos que a ambiguidade não ocorre, uma vez que o elemento **florzinha** nas duas circunstâncias tem a mesma forma, porém é dotado de estatutos distintos, visto que a referência construída no nível mais alto, o da frase, acarreta uma enunciação específica o que possibilita um outro sentido. O referente da forma **florzinha** é diferente para os dois sentidos atribuídos à mesma, pois a referência construída é distinta.

A referência é um termo agenciado pelo sujeito e que depende do mesmo para ter sentido: a referência de **florzinha** dicionarizada é de um órgão reprodutor dos vegetais, um vegetal de tamanho pequeno, podendo, sem dúvida, manter o valor que tem enquanto signo do nível semiótico; enquanto que a referência de **florzinha** nesse discurso, em que um locutor se apropria da língua para se dirigir a um alocutário, com uma intenção comunicativa de convencimento para posterior obtenção do produto anunciado, é a de uma menina delicada, meiga, doce. E é esse o sentido pretendido pelo locutor ao se apropriar da língua convertendo-a em discurso. Essa subjetividade, entendida

como a capacidade que tem o locutor de se propor como sujeito e exercitar a sua capacidade de comunicação (BENVENISTE, 2005, p. 286), imprimindo no discurso seu ponto de vista, sua intenção ao usar uma determinada palavra, em um determinado tempo e em um determinado espaço para produzir um determinado sentido, não permite que a ambiguidade se instale no enunciado.

É importante enfatizar, que para o locutor que se apropria do sistema da língua e a coloca em funcionamento, não há ambiguidade, pois ele (o locutor) sabe exatamente qual é a referência que quer construir, o seu conteúdo e a sua intenção, ou seja, sabe o que está fazendo nessa apropriação. O que talvez ocorra, seja a possibilidade de duplo sentido para o alocutário, o que é proposital se pensarmos no gênero estudado: a publicidade.

Assim, podemos afirmar, pelas palavras de Benveniste, que “Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada.” (BENVENISTE, 2006, p. 230). Portanto, o sentido da palavra **florzinha** não pode ser tomado isoladamente, mas na sua relação com os demais elementos da frase **Olha a florzinha da mamãe**, pois um mesmo termo pode veicular diferentes sentidos dependendo da situação a qual está inserido, ou seja, o sentido da palavra **florzinha** só pode ser compreendido em situação de linguagem em uso, em situação de enunciação.

O sentido atribuído de “flor pequena” a palavra “florzinha” também desconstrói-se através de um olhar atento a imagem. A linguagem não-verbal permite perceber que o sentido atribuído ao enunciado não pode ser o de uma flor pequena. Isso evidencia que “florzinha” tem uma forma dicionarizada, mas seu sentido somente é construído no uso da linguagem.

Através da análise feita, comprova-se a ideia de Benveniste (2006, p. 231) de que as palavras somente têm sentido no discurso, pois cada vez que o locutor emprega uma palavra, a partir de uma ideia, em uma determinada situação de discurso, esse emprego tem um sentido particular.

5 CONCLUSÃO

Propomo-nos, nesse trabalho, fazer um estudo da ambiguidade em

textos publicitários sob o olhar da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, com o objetivo de constatar se numa perspectiva enunciativa, a qual é adotada neste estudo, a ambiguidade realmente se configura, uma vez que o sentido se constrói a cada vez único na enunciação.

O efeito desejado, em muitos textos publicitários, é a quebra da expectativa do leitor com relação a um dos possíveis sentidos de um determinado enunciado. Assim, apostar na indeterminação de algum enunciado pode provocar determinada reação no leitor. Segundo Martins (1997, p. 60), contextos ambíguos podem provocar reflexões e operações que poderão perdurar no inconsciente do consumidor e conduzi-lo à ação concreta, ou seja, à obtenção do produto. Carvalho (2009, p. 64) esclarece que, quando uma mensagem publicitária vale-se da ambiguidade, sua interpretação pelo receptor funciona de modo privilegiado.

Porém, parece-nos pouco provável que uma mesma enunciação possa ter dois ou mais sentidos em uma mesma situação, uma vez que o sentido do enunciado está relacionado à situação do discurso e à atitude do locutor ao se apropriar da língua e colocá-la em funcionamento, inserindo, assim, um termo de fundamental importância na negação do duplo sentido numa determinada situação enunciativa: o referente.

Ao falar em referência concernimos que a língua-discurso constrói uma semântica própria, porque o sentido se constrói na passagem da forma vazia à forma plena de um signo. E na observação desse processo de semantização do enunciado e da análise da circunstância em que a palavra é aplicada, a possibilidade de ambiguidade é totalmente desconstruída, uma vez que o sujeito, ao se apropriar de um signo, atribui-lhe um sentido mais restrito, devido à referência, cada vez única e irrepetível.

Queremos deixar claro que em momento algum pretendemos destruir o conceito de ambiguidade, mas a partir dela pensar no sentido construído no texto publicidade. A teoria de Émile Benveniste nos permite pensar nessa perspectiva, uma vez que se a enunciação é irrepetível, única, singular, o sentido ali construído é irrepetível, único, singular, não permitindo – ao alocutário – a ambiguidade.

A análise das possíveis ambiguidades em textos publicitários, tendo por base teórica Émile Benveniste, não é um modelo a ser seguido, uma vez que não há somente uma maneira de aplicarmos a referida teoria “para análise de fatos de língua.” (MELLO & FLORES, 2009, p. 196), e também porque se outros gêneros discursivos forem escolhidos, podem possibilitar análises distintas das realizadas no presente estudo. O que nos propomos foi realizar uma análise que não fosse contrária ao pensamento do autor, sem, contudo, tornar-se a única possibilidade.

É imprescindível compreender que o sentido de uma palavra ou expressão varia dependendo da situação em que é empregada. Dessa forma, o sentido de uma palavra é determinado pelo uso e também pelas circunstâncias em que a mesma é utilizada. Ter essa visão enunciativa do estudo da língua resulta em uma análise linguística que leva em conta a relação entre a linguagem em um determinado contexto e o sujeito que a utiliza. Mas essa visão requer uma compreensão de língua que vá além da visão tradicional que a considera uma entidade abstrata e homogênea. Devemos priorizar o entendimento de fenômenos que acontecem em situações reais de comunicação, já que as palavras são escolhidas de acordo com as especificidades do gênero discursivo utilizado no momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBISAN, Leci Borges. Língua e fala: conceitos produtivos de teorias enunciativas. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 39, nº 4, p. 67-78, dez, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al.. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade A linguagem da sedução*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009.

DICIONÁRIO AURELIO ONLINE. Disponível em:
<<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em 22 de setembro de 2010.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Dicionário de linguística da enunciação*.

Organizadores Valdir do Nascimento Flores [et al]. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

LICHTENBERG, Sônia. *Sintaxe da Enunciação: noção mediadora para reconhecimento de uma lingüística da enunciação*. 2006. 144f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – URS, Porto Alegre, 2006.

MELLO, Vera Helena de; FLORES, Valdir do Nascimento. Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 45, p. 193-218, jan./jun, 2009. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>. Acesso em 10 de ago de 2010.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007, p. 59-93.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TROIS. João Fernando de Moraes. O “retorno a Saussure” de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 39, nº 4, p. 33-43, dez, 2004.

Anexo

